

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Temas Livres

v.31 n.2

Jul-Dez/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

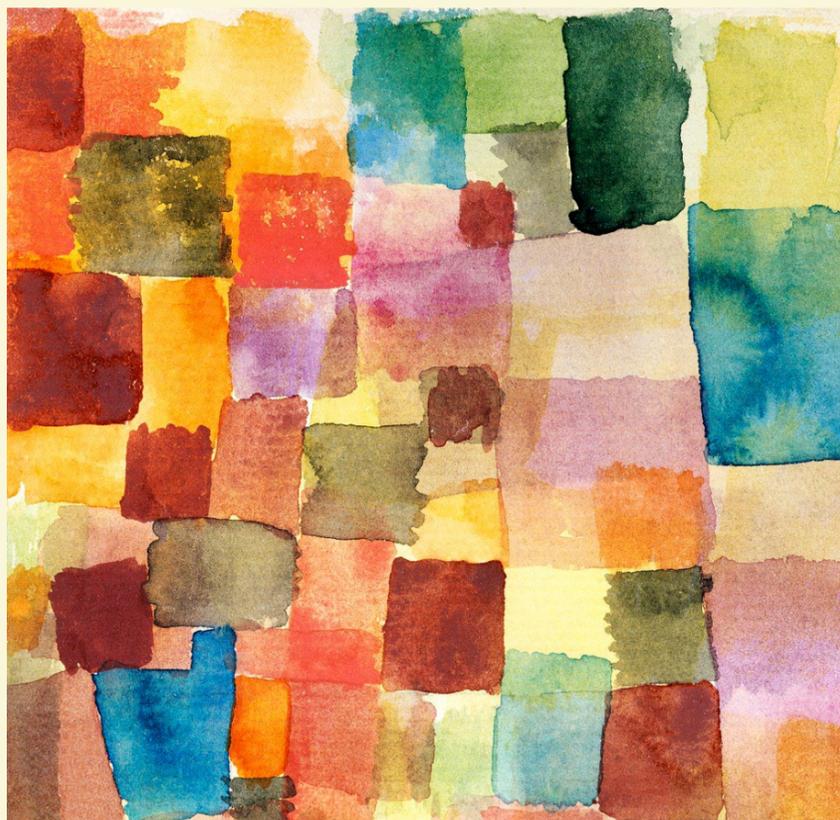
EDITORES ASSOCIADOS
Cleusa dos Santos UFRJ
Paula Ferreira Poncioni UFRJ
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Paul Klee (1879-1940)
Sem Título, 1914 (The MET Museum / Rawpixel).

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-
Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	221	
	<i>Andrea Moraes Alves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Elementos introdutórios para pensar sobre o Exército Industrial de Reserva no Brasil	223	
	<i>Hiago Trindade</i>		
	Serviço Social nas transformações societárias: “viradas” de uma profissão centenária	243	 Você está aqui.
	<i>Caroline Magalhães Lima</i>		
	Cotidiano e ontologia do ser social no pensamento de Lukács: reflexões introdutórias	270	
	<i>Mônica Brun Beveder</i>		
	Carlos Nelson Coutinho, György Lukács e a reavaliação das vanguardas	292	
	<i>Rafael da Rocha Massuia</i>		
	Conflitos envolvendo quilombolas no Rio Grande do Sul: entre raça, classe e território	315	
	<i>Adriane Cristina Benedetti & José Carlos Gomes dos Anjos</i>		
	Questão agrária e formação profissional: fundamentos a partir da realidade	341	
	<i>Mailiz Garibotti Lusa</i>		
	Feminismos e a emancipação da América Latina	366	
	<i>Maria Amoras, Solange Maria Gayoso da Costa & Natália Aguiar de Barros</i>		
	Deficiência e Cuidado: a experiência das mulheres no contexto do Zika Vírus	391	
	<i>Gabriela Carneiro Peixinho</i>		
	Guerreiras de luta: mulheres assistentes sociais e luta pelos direitos dos idosos	415	
	<i>Beatrice Limoeiro</i>		
RESENHA	Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX, de Verônica Toste Daflon e Bila Sorj	440	
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Serviço Social nas transformações societárias: “viradas” de uma profissão centenária

História do Serviço Social brasileiro
Serviço Social e Marxismo
Transformações societárias e Serviço Social

Este artigo pretende examinar, na história do Serviço Social no Brasil, as mudanças pela qual passou a profissão. Para isso, resgatou-se o processo de institucionalização da profissão, especialmente no Brasil, examinando o contexto que levou ao seu processo de renovação, suas direções em disputa e a consolidação da hegemonia do movimento da intenção de ruptura. Hegemonia que atualmente tem sido cada vez mais, por um lado, afirmada e, por outro, questionada, refletindo as transformações societárias vigentes.

Caroline Magalhães Lima

Mestre em serviço social pela UFPE.
carol_pds@hotmail.com

Social Work in societal transformations: changes in a century-old profession

This article intends to examine, in the history of Social Work in Brazil, the changes in the profession. For this purpose, the process of institutionalizing the profession was rescued, especially in Brazil, examining the context that led to its renewal process, its disputed directions and the consolidation of the hegemony of the intention to break up movement. That hegemony has currently been increasingly affirmed and questioned, affirming pluralism within the profession and reflecting the societal transformations.

History of Brazilian Social Work
Social Work and Marxism.
Societal transformations and Social Work





Introdução

Este artigo parte dos questionamentos: como as disputas de direção para a reflexão e a prática profissional marcam a trajetória¹ do Serviço Social? Que posições travaram disputas no seio da profissão no Brasil e em que contexto sócio-histórico? Estaria em processo a constituição de bases para uma nova “virada”² na profissão? Com o objetivo de realizar uma síntese sobre as transformações pelas quais a profissão passou no transcurso das transformações societárias no Brasil ao longo do século XX e nesse início de século XXI, é que este artigo se delineia.

Para a realização dessa síntese foi necessário investigar a direção teórica e política tomada por assistentes sociais ao longo do processo de maturação da profissão no Brasil, partindo de uma pesquisa bibliográfica em clássicos do Serviço Social, como Yamamoto e Carvalho (2003), Martinelli (2011), Mota (2010), e especialmente José Paulo Netto (2001, 2002, 2009, 2011), entre outros(as) autores(as).

Foi feito um breve resgate da história da profissão, buscando identificar os determinantes de seu desenvolvimento, até o processo de formação do chamado “Movimento de Reconceituação”. Em seguida, aprofundou-se a investigação acerca do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Compreendendo que as direções hegemônicas na profissão acompanhavam o movimento da própria dinâmica societária, surgiu outro questionamento: “Por que o Serviço Social se abriu à teoria social marxista, mesmo diante de uma conjuntura de ‘crise de paradigmas’³ nas Ciências Sociais?”. Tal “crise de paradigmas” fechava espaços para o marxismo no seio acadêmico e abria espaço para o surgimento do pós-modernismo⁴, diante do contexto de “desqualificação dos projetos socialistas e de seus portadores” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 15), de crise do capitalismo no plano mundial, e de reabertura política controlada no contexto brasileiro. Por que a “virada” profissional se deu com o processo construído pela chamada *intenção de ruptura*, em detrimento de outras concepções e correntes de pensamento?

Serviço Social: uma profissão surgida no seio do conservadorismo

Sabe-se que o Serviço Social surge a partir de uma demanda histórica, no contexto de acirramento da “questão social”.





A expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX, para caracterizar o fenômeno do pauperismo no momento em que houve um grande desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Mas não só isso, foi da *revolta dos trabalhadores* com suas condições de reprodução social, em contraste com a riqueza inédita que produziam no interior das fábricas (e não só), que se impôs à pauta pública a chamada “questão social” (MOTA, 2010). Com a legitimação desta pauta, sociedade civil e sociedade política respondem a ela. Daí o estímulo à caridade cristã, à filantropia positivista e, por que não dizer, à organização e solidariedade de classe.

É a partir desse processo que ocorrerá a inscrição do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003). Demarca-se a transição do século XIX para o XX como o período em que se desdobra o processo de seu surgimento enquanto profissão; “Especialmente a partir do capitalismo monopolista, quando se desenvolvem diversas iniciativas de intervenção social que procuram enfrentar as expressões da questão social” (TRINDADE, 2004).

Uma das autoras mais mencionadas ao se discorrer sobre o início da profissão é Mary Richmond. Influenciada pela Psicologia, Psicanálise, Medicina e Direito, Richmond formulou uma série de materiais e técnicas para atender à demanda de seus patrocinadores: fundações burguesas e a Igreja (principalmente a Protestante). Segundo Toniolo (2019), a autora desconsiderava a luta de classes e situava a pobreza no âmbito moral, apontando o Serviço Social como atividade reformadora do caráter, a partir do empreendimento de técnicas como atendimento individual, entrevista e visita domiciliar focada nos indivíduos, negando a face política da profissão e da própria pobreza:

Visitantes amigáveis [...] devem acolher a experiência daqueles que estão estudando as condições do ofício e outros aspectos mais gerais das questões que afetam o bem-estar dos pobres. Mas não devem se permitir ser varridos por defensores entusiastas da reforma social daquela posição intermediária segura, que reconhece que o caráter está no centro desse complicado problema; caráter nos ricos, que devem justiça aos pobres, bem como misericórdia, e caráter



nos pobres, que são senhores de seu destino em um grau maior do que eles reconhecerão. Ignorar a importância do caráter, e da disciplina que produz um caráter, é uma falha comum da filantropia moderna. Tanto os ricos quanto os pobres são retratados como vítimas de circunstâncias de uma ordem social errada. Um escritor político disse que, antigamente, quando nossos antepassados ficavam insatisfeitos, eles iam mais adiante no deserto, mas agora, quando alguma coisa que dá errado, corremos gritando para Washington, pedindo uma legislação especial para nossos problemas. (RICHMOND, 1899 apud TONIOLO, 2019, p. 585).

Porém, as formulações sobre a institucionalização da filantropia e da caridade, e o processo de surgimento do Serviço Social enquanto profissão não se deve à Richmond⁵. Foi feito por muitas mãos. Mulheres e homens se reuniam e debatiam a “questão social”, muitas das vezes sob viés controlador e repressor, outras, com viés reformista, que buscava no Estado respostas para demandas da classe trabalhadora, como Jane Addams (TONIOLO, 2019), principal oponente de Richmond e por ela duramente combatida.

Outra vertente formulada no início da profissão foi a do que se convencionou chamar de Serviço Social europeu, que apresentava diferenças em relação à visão de Richmond. É importante que isso seja ressaltado, tendo em vista sua influência no início da profissão no Brasil, em que diversas assistentes sociais europeias trouxeram para o Brasil seu acúmulo e as propostas de prática profissional na década de 1930 (IMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Consolidado já no século XX, o Serviço Social europeu mesclava elementos da filantropia com a doutrina social da Igreja Católica. Embasado nas teorias sociológicas do altruísmo positivista, buscava uma prática científica, com a realização de pesquisas empíricas e abordagens globais dos problemas sociais. A profissão nascia no seio do pensamento conservador, bebia de suas fontes e forjava sua instrumentalidade a partir dele. Focava seu trabalho em grupos, enfatizando a dimensão do controle, da coerção e do ajustamento aos padrões da sociedade burguesa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003; MARTINELLI, 2011). Ao mesmo tempo, havia no Serviço Social europeu uma forte influência da Igreja Católica, com adesão a princípios e postulados papais, como as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, o que fortaleceu a perspectiva conservadora no interior da profissão (MARTINELLI, 2011).



Tais diferenças entre o Serviço Social europeu e estadunidense podem ser compreendidas ao se analisar o contexto histórico, com crises econômicas e políticas, além das guerras que pouco afetaram o solo *yankee*.

O Serviço Social surgiu no Brasil no contexto em que o capitalismo passava por uma grave crise mundial, em que as potências imperialistas disputavam o mundo e tentavam impedir o avanço do comunismo. Surgiu num contexto em que o país passava por momentos de grande agitação política e por uma profunda crise político-econômica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003). Registrava-se um patente processo de amadurecimento da organização da classe trabalhadora, que acumulava experiências de revoltas populares (do povo negro, de flagelados da seca, de rebeldia política), de fortalecimento das lutas e greves do movimento operário brasileiro (especialmente entre 1917 e 1921), além da organização de sindicatos e partidos, com destaque para a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922 (MARTINELLI, 2011). Com o acirramento da luta de classes, as contradições próprias à dinâmica do modo de produção capitalista vigente, a crise tomará novas qualidades “pelo amadurecimento das contradições econômicas e da complexidade social geradas pelo desenvolvimento capitalista realizado sob a égide da expansão do café” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 149).

A disputa entre frações da classe burguesa levava a uma disputa de projetos de hegemonia, que buscavam o domínio do Estado para a execução de controle e obtenção de uma forma de consenso junto aos trabalhadores, com particularidades no campo e na cidade. A burguesia industrial visava um projeto moralizador e controlador para a classe operária, enquanto a burguesia agrária continuava a exercer a coerção como mecanismo de regulação e superexploração da força de trabalho. Delineou-se nesse processo uma necessária articulação entre as frações da burguesia, o Estado e a Igreja Católica, que passava por um processo de perda de influência na organização política econômica, e buscava exercer novas formas de inserção a partir de uma reflexão sobre seu papel na sociedade, levando-a a novas formulações teóricas que desembocariam em ações sociais, cujo objetivo era a recuperação de sua hegemonia ideológica na sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).





A profissão se estabeleceu vinculada à Igreja Católica, como uma forma de reação católica à perda de sua hegemonia, em contraposição ao Estado Novo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003). Em 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, em uma articulação com setores da burguesia, que construía os chamados *Centros Operários*, onde se realizavam desde aulas de tricô até palestras educativas, cujo conteúdo se vinculava ao projeto burguês (TRINDADE, 2004). O CEAS promoveu naquele ano o primeiro curso para o exercício da ação social: Curso Intensivo de Formação Social para Moças, ministrado por Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, cujo público alvo eram jovens católicas, filhas da burguesia paulistana, que já atuavam em atividades caritativas (MARTINELLI, 2011). Na sequência, foi fundada a primeira Escola de Serviço Social, em 1936 (TRINDADE, 2004). As primeiras assistentes sociais agiam de forma a tentar atender “às carências mais prementes dos mais pobres” (TRINDADE, 2004), reproduzindo um pragmatismo que as isentava de reflexões e críticas, apontando para um ajustamento ideológico e político da classe trabalhadora à ordem capitalista. Assim, o Serviço Social surgiu e se desenvolveu no Brasil “embebido em ideias conservadoras, incorporando as ambiguidades do reformismo conservador” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 26).

Foi na década de 1940 que ocorreu uma maior aproximação entre o Serviço Social brasileiro e o norte-americano, facilitado por um programa de intercâmbio cultural e pela participação do Brasil em programas continentais de bem-estar social, como tentativa de conter o avanço do comunismo no continente. A “questão social”, analisada numa perspectiva conservadora, já era nesse momento objeto de intervenção da profissão, segundo Iamamoto e Carvalho (2003), que utilizava um conjunto de técnicas e instrumentos que seguiam perspectivas e bases teóricas diferentes.

Em 1948, surgiu a Organização dos Estados Americanos (OEA), com uma Seção de Serviço Social, que operava uma articulação maior entre Estados Unidos e Brasil, com o acirramento da dependência e a afirmação da necessidade de combate ao comunismo e às organizações da classe trabalhadora. O Desenvolvimento de Comunidade (DC), amplamente trabalhado pela OEA, ganhou adesão no Serviço Social brasileiro, que passou



a implementar uma metodologia de trabalho que se contrapunha à auto-organização da classe em seus espaços cotidianos. Ainda que um avanço em relação à psicologização individualista própria à lógica de desenvolvimento do capitalismo monopolista (TRINDADE, 2004), o DC se sustentava na ideia de “harmonia social”.

Com a legitimação e a ampliação da profissão em todo o território nacional, a institucionalização do Serviço Social em âmbito federal ocorreu em 1953, através da Lei nº 1.889. Porém, a prática profissional ainda tinha sua raiz fincada no conservadorismo. O acirramento da “questão social” em todo o contexto latino-americano, com tentativas e experiências revolucionárias espalhadas pelo continente, ameaçava a burguesia. Mas não só isso, com a crise do modelo de substituição de importações no Brasil, gestada ainda na década de 1950, mas que se aguçou em 1963, o modelo de gestão do Estado brasileiro encontrou obstáculos que exigiam uma profunda reestruturação, apontando para o controle autoritário das massas, e para o auxílio na retomada da taxa de lucros pela burguesia (NETTO, 2009). Como se obter essa retomada fosse questão em disputa. Se uma fração da burguesia nacional buscava no nacional-desenvolvimentismo o “progresso” urbano-industrial do Brasil como resposta para a crise, com a implementação de reformas de base que beneficiariam amplos setores populares, outras frações da burguesia encontraram ameaçada a perpetração de seu poder econômico e político, rejeitando e enfrentando tal projeto.

Poucos assistentes sociais se posicionaram a favor das reformas de bases propostas pelo presidente João Goulart em 1963. Porém, havia setores, principalmente ligados à Igreja Católica mais conservadora, contrários às reformas, vistas como ataques à propriedade privada, à família e à Igreja. Ameaças comunistas. Segundo Netto (2009, p. 29),

Ao longo de todo o ciclo ditatorial incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventuários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo

regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir.

Assim, profissionais vinculados aos setores mais conservadores apoiaram o golpe civil-militar⁶ que derrubou João Goulart e seu projeto de democratização do acesso à terra urbana e rural, a bens de consumo coletivo e serviços sociais⁷. Apoiaram um projeto de governo que propunha uma reestruturação do Estado, operada pelo terrorismo estatal e orientada pela lógica do desenvolvimentismo, que tinha como eixo o planejamento, demandando uma tecnocracia pragmática e altamente qualificada. A profissão foi requisitada a adaptar-se, ampliando seu arsenal técnico-operativo, a fim de inserir-se nos processos de planejamento (TRINDADE, 2004). Foi nesse contexto que se iniciou o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, acompanhando o de renovação profissional na América Latina.

O Processo de renovação do Serviço Social no Brasil

A renovação do Serviço Social brasileiro ocorreu processualmente, num contexto de profundas mudanças no modo de produção capitalista, a partir de uma demanda social concreta que impunha a necessidade de rearranjo da profissão na divisão sociotécnica do trabalho bem como sua ampliação.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo da tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2002, p. 131).

A renovação ocorreu em um contexto determinado, implicando na construção coletiva de perspectivas diversificadas, constituindo um *pluralismo profissional*, inexistente sob a hegemonia do *Serviço Social Tradicional* - SST (NETTO, 2002). A erosão do SST se deu processualmente, sendo um de seus traços marcantes o conjunto de elementos produzidos pelo que se convencionou chamar de Movimento de Reconceituação⁸, gestado ainda nos anos 1960.



O que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação não é uma especificidade do Serviço Social brasileiro, mas um movimento latino-americano que refletia no interior da profissão o contexto de busca por soberania das nações latino-americanas, dependentes sob a lógica do imperialismo (ESCORSIM NETTO, 2011; NETTO, 2009). Ou seja, foi um movimento circunscrito historicamente em um âmbito transfronteiriço.

Segundo Netto (2002), no Brasil é possível identificar três direções no processo de renovação da profissão: a *modernização conservadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*. A primeira direção seria a de formulação de uma perspectiva modernizadora, que teve como marcos os seminários de teorização do Serviço Social, organizados pelo *Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais* (CBCISS). Propunha-se uma nova racionalidade burocrática ao agir profissional, a partir de uma atualização teórica e operativa que atendesse às demandas do capital e do Estado ditatorial, partindo de uma crítica ao SST, considerado obsoleto. Sustentava-se em bases teórico-científicas fenomenológicas e do estrutural-funcionalismo.

Nos anos 1970, sob a hegemonia da perspectiva modernizadora, adaptando-se às mudanças na própria divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social brasileiro se laicizou ainda mais, atendendo às demandas institucionais postas pela lógica desenvolvimentista amparada em certo cientificismo. A profissão assumia atividades de planejamento, “coordenação, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução final” de políticas e serviços sociais (TRINDADE, 2004). Configurou-se um novo tipo de atuação, sintonizado com o padrão técnico-burocrático de gestão do desenvolvimento capitalista do período, que se embasou no princípio pragmático da “ideologia do planejamento”. Sua proposta é observada desde as releituras do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, até o ecletismo contido nos documentos de Araxá (de 1967) e Teresópolis (de 1970), passando pelas produções de Lucena Dantas e Balbina Vieira⁹.

A profissão passou por um processo de reformulação que buscou romper com o SST, ampliando sua base científica, bebendo de fontes teóricas do centro do capitalismo, promovendo um



verdadeiro ecletismo teórico-filosófico, traduzido na mistura de postulados neotomistas e do estrutural-funcionalismo (NETTO, 2011, 2002).

Com as mudanças na sociedade brasileira acarretadas pela crise do modelo ditatorial nos anos 1970, diversos movimentos sociais e sindicais passaram a se organizar de forma mais radicalizada na luta pela redemocratização (após anos de derrotas, assassinatos e perseguições). Foi nesse cenário de renovação no próprio caldo cultural da sociabilidade capitalista, que ganhou força a direção da *intenção de ruptura* (NETTO, 2009). Tomou corpo um movimento de questionamento da hegemonia do *projeto profissional modernizador*, em que ganharam força dois substratos teóricos de oposição àquele: 1) a vertente de reatualização do conservadorismo e 2) a de ruptura, sendo essa formuladora de um novo projeto profissional (NETTO, 2002).

Setores da vertente de *reatualização do conservadorismo* discordavam da perspectiva de laicização construída pelo cientificismo do *projeto profissional modernizador*, o que ficou demarcado na tese de livre-docência de Anna Augusta de Almeida (1978), considerada um marco para essa direção¹⁰.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2002, p. 157).

Assim, na *reatualização do conservadorismo* havia uma baixa valorização da fundamentação teórica para se pensar a prática, que retomava a perspectiva da ajuda psicossocial individualizante, seguindo intuitivamente o que havia de mais novo na produção fenomenológica (NETTO, 2002), como Merleau-Ponty, somado a fundamentos cristãos.

Já a *intenção de ruptura* apresentou uma fase inicial, de resgate de alguns elementos do Movimento de Reconceituação latino-americano e um momento de amadurecimento entre os anos 1980 e 1990. Com o avanço do pensamento crítico no interior do Serviço Social, as reflexões passavam pelo campo da profissão,



mas também abordavam elementos do cotidiano dos usuários, das instituições, da luta de classes, das relações sociais, da totalidade em que se insere o profissional e seu agir.

Embora as três direções apontassem a superação do SST, foi a direção da *intenção de ruptura* que de fato, afastou-se radicalmente daquele: “[...] *das tendências renovadoras brasileiras, é a perspectiva da intenção de ruptura a que mais proximidade teve com o espírito crítico da reconceptualização – proximidade intencional e perseguida pelos seus formuladores*” (NETTO, 2002, p. 247). Porém, o que Netto chama de *intenção de ruptura* representa um avanço em relação ao Movimento de Reconceituação da profissão. É possível identificar um lapso entre a denúncia política e a crítica ideoteórica realizadas pelos reconceituadores, não somente no Brasil, mas em todo o continente (ESCORSIM NETTO, 2011), que é superado no processo de amadurecimento da chamada *intenção de ruptura*.

O lapso do Movimento de Reconceituação acarretou em certo ecletismo no seio da profissão – por exemplo, quando se analisa o que ficou denominado por método BH¹¹, que apontava uma lacuna entre teoria e prática, propondo um novo agir profissional. O que poderia ter causado isso? Uma necessidade de maior aprofundamento teórico-metodológico, tendo em vista que muitos textos ainda estavam em processo de tradução para a língua portuguesa? A forte repressão que atravessava o cenário da luta de classes no Brasil? Ou a demanda de maior dedicação à organização política da categoria, a movimentos sociais, políticos e sindicais, no contexto de acirramento da “questão social”, de grave crise do modo de produção capitalista e ataques a todo o continente latino-americano? Tais questões são parte da resposta, ao analisarmos o contexto em que ocorreram essas transformações e disputas no seio da profissão.

É inegável que se deve ao Movimento de Reconceituação a “interlocução entre o Serviço Social e o pensamento marxista” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 25), ainda que como afirma Netto (1989), fosse uma aproximação a um marxismo enviesado. Somente no que se convencionou chamar do pós-reconceituação (a partir da segunda metade dos anos 1970), é que foi possível dar consequência ao interesse pelo tratamento histórico do Serviço Social.





Cabe enfatizar a importância do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), com o tema Serviço Social e Política Social, realizado em São Paulo, em 1979, que se tornou referência no processo de desenvolvimento da profissão, onde grande parte da base da categoria assumiu posturas de ruptura com o SST e com o *projeto profissional modernizador*.

Nenhum assistente social ousaria questionar que o evento (ulterior e expressivamente designado como “Congresso da Virada”) possui, entre outros significados, um traço absolutamente destacado: o de ser “marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país” (YASBEK et alli apud NETTO, 2009, p. 15).

Assim, tal evento revelou a disputa de concepções e a adesão, ainda que tardiamente, de grande parcela da categoria à luta contra a ditadura civil-militar, rompendo com o silêncio e a omissão, até então, de suas entidades representativas¹² (NETTO, 2009). Mais que isso,

[...]deflagrou um processo que, imediatamente político, ao conectar-se com tendências já existentes no corpo profissional, ultrapassou largamente a dimensão política do Serviço Social. Sublinhar a relevância política do III Congresso é fundamental; entretanto, a sua relevância não se esgota aí: a ruptura com o monopólio político conservador teve implicações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento global do Serviço Social no Brasil (p. 33).

A profissão reconheceu sua dimensão política e passou a pensar seu agir numa vinculação aos interesses da classe trabalhadora. Parte de uma intelectualidade desenvolvia estudos sobre a realidade brasileira, sobre os elementos da “questão social” que particularizavam o contexto nacional, traduziam textos de Marx, Engels, Gramsci, Lenin, Lefebvre¹³, entre outros autores influentes na elaboração teórico-metodológica, possibilitando análises mais aprofundadas sobre os fenômenos e embasando o exercício profissional. Além disso, muitas e muitos profissionais envolveram-se em processos de mobilização e reivindicação de pautas do povo, no contexto de crise do modelo ditatorial, em que a luta contra a carestia, por habitação popular e digna, por reforma agrária e por reforma urbana, por melhores salários e condições de trabalho, por direitos civis e políticos, pela reforma





sanitária, pelos direitos dos povos originários e de comunidades tradicionais, e contra a ditadura civil-militar se impunha no cotidiano de diversas profissionais (CARDOSO; LOPES, 2009).

A profissão repensou seu significado social, buscando compreender a totalidade das relações sociais na dinâmica do capitalismo. Daí também a importância da pesquisa realizada por Iamamoto e Carvalho, encomendada e financiada pelo *Centro Latino-Americano de Serviço Social (CELATS)*, com apoio da fundação *Konrad Adenauer (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 26)*. Sobre a importância do estudo da colega, Leila Escorsim Netto (2011) afirma que

O problema com que se defronta Iamamoto não é apenas a gênese do Serviço Social no Brasil [...] o que ela quer compreender é como certas características do Serviço Social, situadas desde a sua gênese, vêm se repondo ao longo do desenvolvimento profissional tanto do ponto de vista teórico quanto da prática dos assistentes sociais – características como o *utopismo da comunidade*, o *empirismo* e o *pragmatismo* etc. Mais: Iamamoto quer entender por que, mesmo passando por processos de *modernização* (por exemplo: ao fim dos anos 1940, recebendo forte influência das *ciências sociais* e do *tecnicismo* norte-americano; ou no pós-64, *institucionalizando-se* e *burocratizando-se*), o Serviço Social restaura e reafirma, através de seus agentes técnicos, uma “percepção [que] permite conciliar a concepção cristã de vida e a exploração burguesa do trabalho” (IAMAMOTO apud ESCORSIM NETTO, 2011, p. 29).

A qualificação crítica da profissão no Brasil se deu tanto pela aproximação à autocrítica das Ciências Sociais em relação à leitura de realidade, quanto pela aproximação de profissionais – principalmente daqueles ainda em formação, estudantes – com setores que compunham a luta pela redemocratização, o que resultou no processo em que “parcelas significativas da categoria profissional reconhecem a necessidade de recorrer a um conhecimento desvelador das condições da realidade social, que possibilite uma postura profissional mais voltada aos interesses dos setores subalternos da sociedade” (TRINDADE, 2004, p. 18). Na esfera da atuação profissional, iniciou-se um trabalho junto às organizações da classe trabalhadora, especialmente nos anos 1980 e 1990, fortalecendo a perspectiva de intenção de ruptura como conservadorismo, fosse modernizado, fosse reatualizado.





Assim, um outro projeto profissional se põe no universo do Serviço Social, mas com um diferencial: é o primeiro a enfrentar criticamente a gênese e o desenvolvimento da profissão, priorizando os questionamentos à estrutura econômico-social e não se limitando a promover mudanças na constituição interna do Serviço Social. Daí sua capacidade de polarizar, antagonicamente, com os projetos já existentes. Sua importância não minimiza a infinidade de problemas teóricos e políticos que se desencadeia em seu processo de constituição, mas estes não impedem que, ao longo da década de 1980, o *projeto profissional de ruptura* amadureça e consiga garantir seu lugar na história da renovação da profissão (TRINDADE, 2004, p. 18).

A profissão se renovou, ampliando campos de atuação. A assessoria e a consultoria a sindicatos, associações de moradores e movimentos sociais, o desenvolvimento de um trabalho de educação popular numa perspectiva emancipatória, a mobilização social como estratégia profissional, a aderência e o protagonismo de diversas assistentes sociais no processo de criação de um partido dos trabalhadores – socialista à época – e a atuação política de assistentes sociais no movimento pela redemocratização, anistia, e constitucionalista – na elaboração de propostas legislativas –, contribuíram para o amadurecimento político e organizativo da categoria profissional, fortalecendo sua análise de realidade através de uma aproximação com o marxismo (CARDOSO; LOPES, 2009), consolidando o *Serviço Social crítico* (NETTO, 2005).

Serviço Social, marxismo e pós-modernismo: questões de ontem para o hoje

Não cabe aqui discorrer sobre o encontro entre os intelectuais da profissão e a teoria marxista. Contudo, um ponto é fundamental. Pode-se afirmar que o chamado, nos anos 1980, *Serviço Social Crítico*, “herdeiro do espírito” do Movimento de Reconceituação dos anos 1960-1970 (ESCORSIM NETTO, 2011; NETTO, 2009), assumiu um papel hegemônico na *produção teórica* da profissão. Isso levou à construção de uma direção social defendida por algumas organizações da profissão, desde as primeiras formulações da ruptura, até o intitulado Projeto Ético-Político do Serviço Social; contudo, não se pode afirmar que há nele





uma exclusividade da teoria marxista, sequer sua hegemonia, uma vez que sua composição é teoricamente diversificada (NETTO, 2005, p. 18).

O que de fato há é uma centralização do debate por autores marxistas na produção do conhecimento em Serviço Social (NETTO, 1989, p. 100). Ou seja, enquanto autores de outras vertentes muitas vezes focalizavam suas pesquisas e sua produção em fenômenos desconectados, isolados e/ou fragmentados da realidade institucional, ou mesmo de um caso em uma instituição específica, da formação e de questões muitas vezes pontuais sobre o cotidiano profissional (como no caso da fenomenologia e suas correntes), os marxistas buscaram responder às questões em voga no horizonte profissional, entender os fenômenos no âmbito da totalidade da luta de classes, e apreender as contradições e determinações, a fim de qualificar a prática profissional. Netto chega a afirmar que na década de 1980, no ápice do movimento da *intenção de ruptura*, o campo de oposição ao marxismo “simplesmente não encontrava condições para manifestar-se franca e abertamente” (NETTO, 2010, p. 113), ainda que ganhasse adesões. Porém, o mesmo não se verificou na década seguinte.

Nos anos 1990 foi possível observar uma restrição de espaços para a teoria social marxista na academia, em que emergiram vertentes teóricas que fizeram o enfrentamento ao pensamento de Marx, sustentadas pela ofensiva ideológica neoliberal no contexto de consolidação da derrota da União Soviética e simbólica queda do Muro de Berlim. Apesar de sua origem estar relacionada a um deslocamento dos paradigmas das Ciências Sociais, o pensamento pós-moderno emergiu ainda na virada dos anos 1960 para os 1970. Vale destacar que a crise do SST se situou na passagem da década de 1960 a 1970 (NETTO, 2005, p. 6-7). Este foi o marco da crise do *conservadorismo clássico* em escala internacional. Foi também o marco para o surgimento de “novos paradigmas” nas Ciências Sociais e na Filosofia, de onde brotaram novos matizes teóricos, ainda que apoiados em velhos axiomas, de onde surgiu o pensamento pós-moderno, que logo ganhou espaço, sendo reconhecido como o “estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (LYOTARD, 1986, p. 15).





A raiz do pensamento pós-moderno estava na vertente que defendia a ideia de uma crise da razão moderna. Tal vertente rejeitava a existência de uma *verdade* (central para o pensamento moderno) e da totalidade, daí as bases para sua crítica ao marxismo. Além disso, no pensamento pós-moderno existem campos que defendem o fim dos projetos societários que se contrapõem ao modo de produção capitalista, considerando-os superados, afirmando a necessidade de “emancipação” do trabalho¹⁴ (SANTOS, 2007), categoria frequente e veementemente negada.

O pensamento pós-moderno não é único. Deve ser compreendido como um campo surgido no contexto de crise do socialismo real e de crise do capital, que apontava a reestruturação produtiva como saída, implicando em profundas transformações societárias. Teve forte disseminação no âmbito artístico, cultural e acadêmico, porém, não deve ser compreendido como um movimento uniforme. O pensamento pós-moderno é múltiplo. Tão fragmentado quanto sua leitura de realidade. Concorreu ao surgimento de outras teorias no campo das Ciências Sociais, como a *teoria acionalista*¹⁵, de Tourraine e Evers, concebendo a ação a partir de uma autodeterminação do sujeito, sem considerar determinações e mediações, com a defesa do “protagonismo dos atores sociais” que se organizam em “Novos Movimentos Sociais”, capazes de realizar mudanças na sociedade, segundo essa corrente de pensamento.

Na profissão, o esforço de suas e de seus intelectuais que se debruçaram sobre o tema foi o de desenvolver um conhecimento teórico, não no sentido de um *diálogo eclético* com o pós-modernismo, mas sim o de tomar como base os debates atual e clássico do campo teórico marxista bem como as obras do próprio Marx, uma vez que o ecletismo não foi capaz de oferecer respostas aos velhos e novos problemas surgidos com as transformações societárias. O “lastro eclético” (NETTO, 2002, p. 269), que facilitou a entrada do pós-modernismo na profissão, esteve presente no pensamento crítico do Serviço Social desde os seus primeiros passos, ainda que enfrentando resistências.

A crise da ditadura, a emersão das demandas populares e democráticas e sua expressão política por meio de movimentos diversos foram fundamentais para que a primeira condição para a construção de um novo projeto profissional se viabilizasse





(NETTO, 2018). Se a “interação concreta” (iniciada na passagem dos anos 1950 aos 1960) com as Ciências Sociais no interior das instituições universitárias, cuja expansão se deu no decorrer da ditadura militar, foi um elemento importante para a superação do conservadorismo (NETTO, 2002), deve-se observar o fato de que a produção teórica mais significativa do Serviço Social não seguiu pelo caminho do pós-modernismo. Esta “receita nova” de “pudim velho” (NETTO, 2004, p. 230) não se constituiu em alternativa teórica para a profissão. Por quê? Seria devido a um impedimento por parte do pensamento acadêmico marxista, no âmbito da formação profissional? Ou porque há uma identificação da profissão com a reflexão embasada na teoria crítica marxista? Acreditamos que a resposta é que a teoria social marxista contribui para apreender os elementos da realidade em que se insere o objeto da intervenção profissional: as múltiplas expressões da “questão social”, o que a legitima.

Sobre a articulação entre o Serviço Social e o marxismo, Netto (1989) postula as seguintes teses: primeira, o marxismo contribuiu imprescindivelmente no processo de formação de uma identidade profissional ao possibilitar aos assistentes sociais o reconhecimento das determinações essenciais à sua inserção e prática, refletindo teoricamente e participando nos debates culturais e profissionais de forma qualificada; segunda, a tradição marxista precisa considerar a prática dos assistentes sociais, que incide sobre processos que oferecem subsídios para a compreensão da vida social, a fim de não deixar escapar elementos que contribuam para a apreensão da realidade; e terceira, não é possível a criação de um “Serviço Social marxista”, uma vez que os espaços da prática e intervenção são diversos e plurais (NETTO, 1989, p. 101).

Há uma complementariedade entre a teoria social marxista e a profissão, uma vez que tal teoria contribui com o exercício profissional no sentido de se pensar sobre as conexões entre os elementos universais e particulares da “questão social” no cotidiano de vida de usuários(as) e suas singularidades, além de possibilitar uma melhor capacidade de análise e condições de planejamento de intervenção acerca da formulação e implementação de políticas e programas sociais, da mobilização, da assessoria e consultoria a movimentos sociais, organizações sociais, prefeituras e órgãos públicos etc., bem como sua





influência em elementos do Projeto Ético-Político profissional (este sim, plural).

No Serviço Social brasileiro, a hegemonia do pensamento marxista *na produção teórico-científica* ocorreu durante o período de acirramento de lutas e de organização política da classe trabalhadora, que também influenciou em uma forte organização da categoria que busca ainda hoje – a duras penas – fazer frente à reação conservadora no interior do pensamento acadêmico-profissional (CARDOSO, LOPES, 2009). A participação e a articulação política da categoria foram e são fundamentais para a qualificação de sua reflexão, para sua produção teórico-científica e prática profissional, recebendo ataques de setores que tentam recuperar o conservadorismo, seja com a releitura do conservadorismo clássico ou sua versão pós-moderna.

É inegável que a mediação político-acadêmica realizada pelo *Serviço Social crítico* conseguiu enfrentar a difusão do pensamento pós-moderno no seio profissional (LOPES, 2016). *Não se trata de um veto, mas de uma disputa política franca e aberta no âmbito da formação profissional* (que não deve ser confundida com a graduação, mas identificada com a formação continuada), em que muitos intelectuais incansavelmente dedicaram-se às entidades, o que permitiu um casamento entre militância, reflexão e formulação teórica qualificada, concorrendo para a construção de uma nova cultura profissional. E foi no ponto forte do *Serviço Social crítico*, sua capacidade de realizar uma mediação política, que o pós-modernismo buscou atacar, propalando um apoliticismo casado ao irracionalismo mais arcaico. Netto alertou:

[...] os assistentes sociais sempre participaram da política, conscientemente ou não (e ressalte-se que a omissão é, em geral, a forma mais inconsciente de participação política). [...] o notável, na tradição do Serviço Social no Brasil, é que só se destaca a participação política (especialmente político-partidária) de assistentes sociais, quase sempre como algo “negativo” ou “problemático”, quando ela se dá em defesa de causas e idéias vinculadas à esquerda. Assim, são acusados de “politizar” (ou mesmo “partidarizar”) o Serviço Social tão somente aqueles assistentes sociais que se alinham com projetos socialistas, enquanto aqueles assistentes sociais que servem à ordem estabelecida – qualquer





que seja ela – são geralmente vistos como os guardiões da essência profissional. Este fato, por si só, é um índice do profundo conservadorismo que marca o Serviço Social no Brasil e que, também em nosso país, remete ao truque barato do “apoliticismo”. (Quanto ao “apoliticismo”, vale lembrar a observação justa e irônica do grande ensaísta lusitano Antônio Sérgio, segundo a qual *quem diz não gostar de política certamente adora política conservadora*). (NETTO, 2009, p. 27-29, grifos nossos).

No Brasil, a partir da crise da ditadura e a emergência das diversificadas lutas, o pensamento pós-moderno se enraizou como embasamento teórico para diversos movimentos sociais, mesmo os considerados “de esquerda”, com inspiração socialista, especialmente com o peso das produções no campo dos “Novos Movimentos Sociais”¹⁶. Outros adotaram como mote para as lutas o reforço das pautas “identitárias”, negando as formas “tradicionais” de organização da classe trabalhadora – sindicatos e partidos.

Além disso, nos limites do cotidiano da prática profissional, o pensamento pós-moderno encontra suas possibilidades de penetração. O trabalho institucional, além das possibilidades, possui muitas limitações, especialmente diante do quadro de esvaziamento das políticas e direitos sociais, de captura do fundo público e precarização dos serviços e das condições de trabalho de assistentes sociais, aligeirando o processo de reflexão-ação, impondo um pragmatismo não racionalizado e alimentando o processo de focalização das pautas, fragmentando as respostas às expressões da “questão social” (SANTOS, 2007).

O pluralismo constante nos princípios éticos do Serviço Social muitas vezes é utilizado como justificativa para a incorporação de concepções teóricas pós-modernas, sob a argumentação de que a teoria social marxista não dá conta de todos os fenômenos da realidade, ou de que é uma teoria obsoleta, que necessita de atualização. Porém, o pluralismo não deve ser usado como pretexto para o reforço do ecletismo. O *ecletismo* não é resposta às acusações do pensamento pós-moderno contra a teoria marxista, ao contrário, ele é a porta para um caminho rasteiro, que sustenta análises fragmentadas e fragmentárias formulações do pensamento pós-moderno. A atualização da teoria social marxista deve ser constante, acompanhando a dinâmica da



realidade analisada, tal qual ensina o método desenvolvido por Marx; porém, isso não significa a incorporação de postulados pós-modernos a uma análise concreta e à formulação da prática, mas implica em entender as múltiplas determinações e em identificar as mediações para as expressões da “questão social”, analisá-las à luz do método, compreendê-las em sua essência e em sua manifestação no tempo presente.

Considerações finais

Traçamos, neste artigo, uma breve síntese sobre o histórico da profissão, buscando mostrar que as diversas mudanças pelas quais passou acompanham os fenômenos históricos na própria realidade. O esforço coletivo da categoria que sustenta um Projeto Ético-Político profissional plural continua mantido e fortalecido, porém, é preciso ter clareza de que a profissão está circunscrita na dinâmica da luta de classes, acompanhando os movimentos de consciência de acordo com a dinâmica do próprio cotidiano.

Com o avanço do neoliberalismo, cada vez mais radicalizado, o grau máximo alcançável pela consciência de “classe em si”, ao menos aparentemente, é uma síntese tosca entre o projeto reformista social democrata e as diretrizes pós-modernas. A classe trabalhadora, mergulhada em um processo de “apassivamento”, retoma ideais conservadores disseminados no senso comum, e o caldo cultural – com forte influência pós-moderna, vale lembrar – reforça um processo de irracionalidade que descredibiliza cada vez mais a ciência e a reflexão crítica (independente de a que matriz teórica tal reflexão se vincule).

Na profissão, se “rebate com força o conservadorismo de novo tipo” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 19): nega-se os elementos totalizantes da realidade, reproduzindo uma lógica focalizada, que casa com a prática profissional focalista, restringindo-se ao âmbito da singularidade, podendo chegar a reproduzir uma prática manualesca que se pauta pelo alcance de metas numéricas impostas por uma política social que também é focalizada e gerencialista. Isso se reflete em um oportunismo que propaga uma falsa dicotomia entre teoria e prática, a fim de desqualificar o processo de formação profissional (cheio de limitações próprias à conjuntura), justificando reestruturações no interior da profissão que se adequem às novas velhas teorias, alinhadas com o novo conservadorismo oriundo das Ciências

Sociais. Emergem projetos neoconservadores e pós-modernos que se apresentam como alternativa, como mais próximos ao pragmatismo e aligeiramento reflexivo imposto pelo processo de precarização profissional.

As condições objetivas de trabalho de assistentes sociais são fragilizadas, sobrecarregando profissionais, aligeirando seu processo de formação e comprimindo o espaço-tempo de seu cotidiano profissional, o que afeta deveras a dimensão política da profissão, que ainda resiste apesar de ameaçada pela conjuntura. Diante desse cenário, o pensamento marxista no interior da categoria se esforça cada vez mais para compreender e analisar os fenômenos que se mostram na realidade do modo de produção capitalista hoje. Cabe a nós o esforço coletivo de unidade política para enfrentarmos as consequências dos ataques que têm sido cotidianamente operados contra a classe trabalhadora. Tais reflexões, ou provocações, deverão estar presentes nos estudos prospectivos profissionais, na batalha das ideias diante das transformações societárias que se delineiam, caso queiramos, enquanto categoria, acompanhar os processos de transformação no interior da própria profissão.

Referências

- ESCORSIM NETTO, L. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011, 160p.
- IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15 ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2003.
- LOPES, J. B.; CARDOSO, F. G. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS/ ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/7td9938a021b2W55LR0Y.pdf> Acesso em 10 de março de 2020.
- LOPES, J. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, M. L. de O. e. (Org.). Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo, SP: Cortez, 2016. p. 311-344.

- LYOTARD, J-F. O pós-moderno. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1986.
- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARX, K. Introdução [à Crítica da Economia Política] [1857]. In: NETTO, J. P. (Org.). O leitor de Marx. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2012.
- _____. O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOTA, A. E. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: _____ (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade [2008]. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social [1999]. In: MOTA, A. E.; BRAVO et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: Cortez, 2018.
- _____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil [1996]. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 50, 5. reimp. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS (Org.). 30 Anos do Congresso da Virada. Brasília, DF: CFESS, CRESS- 9a. Região (SP), ABEPSS, ENESSO, 2009, p. 15-42. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf> Acesso em 02 de fevereiro de 2020.
- _____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Marxismo Impenitente: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Revista Temporalis, Brasília, n. 3, p. 41-9, 2001.
- _____. O Serviço Social e a tradição marxista. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 30. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- SANTOS, J. S. Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007.
- TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In: Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, ano III, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/altineia.neves/instrumentos-e-tecnicas-em-servico-social/trindade-rosa-l-predes-desvendando-as-determinacoes-socio-historicas-do-instrumental-tecnico-operativo-do-servico-social-na-articulacao-entre-demandas-sociais-e-projetos-profissionais/view> Acesso em 11 de dezembro de 2019.
- TONIOLO, C. Visita amigável entre os pobres: um manual para trabalhadores da caridade, de Mary Ellen Richmond. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 136. ed. set/dez. Resenha. São Paulo, SP: Cortez, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300583. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

Notas

1 Afirmamos tratar-se de uma profissão centenária por entender que seu surgimento é anterior a um marco histórico específico; por compreender que o surgimento e o desenvolvimento de qualquer profissão na divisão social do trabalho se dão de modo processual, levando em consideração inclusive o desenvolvimento de suas protoformas e de sua inscrição na divisão social do trabalho internacionalmente, não apenas no Brasil. Assim, tem-se acordo com Iamamoto e Carvalho quando afirmam: Após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra, tendo por protagonista o proletariado, a “questão social” fica definitivamente colocada para a sociedade. Datam dessa época o que se poderia considerar como sendo as *protoformas* do Serviço Social no Brasil. No entanto, para o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão social do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de mais de duas décadas.” Esse processo, que durante a década de 1920 se desenvolveu apenas moderadamente, se acelerará no início da década seguinte, com a mobilização, pela Igreja, do movimento católico leigo. Surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 140). **[VOLTAR]**

- 2 Estamos chamando de “virada” as transformações teórico-metodológicas e ético-políticas na direção das entidades representativas da profissão. [VOLTAR]
- 3 É nesse período que emergirão as chamadas “concepções pós-modernas” (NETTO, 2004, p. 157). [VOLTAR]
- 4 Compreende-se que há uma vasta gama de concepções pós-modernas, desde as que possuem uma direção progressista e anticapitalista, até as que recuperam as bases do conservadorismo clássico e da Sociologia do Conhecimento de cariz conservador. Ainda assim, é importante mencionar que as Ciências Sociais foram grandes influências no processo de institucionalização da profissão e ainda hoje fazem parte da formação profissional. Seus postulados teóricos são importantes para a reflexão e atuação de assistentes sociais. [VOLTAR]
- 5 Como o querem apregoar alguns poucos assistentes sociais mais anacrônicos que tentam, em pleno século XXI, recuperar seus postulados. [VOLTAR]
- 6 Indicamos o vídeo produzido pelo “Projeto Serviço Social, memórias e resistência contra a ditadura”, disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=yFEo29Aqcn8>. Porém, José Paulo Netto alerta: “Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática” (2009, p. 29). [VOLTAR]
- 7 [...] o movimento de abril de 1964 foi um episódio de um processo muito mais amplo: o processo de uma contrarrevolução preventiva implementada em escala mundial, com o objetivo explícito de travar e reverter as tendências democratizantes e progressistas, mais ou menos radicais, que se registravam nas periferias capitalistas. Fomentado pelos Estados Unidos, este processo marcadamente anticomunista teve episódios em todos os quadrantes do então Terceiro Mundo: na África (uma série de intervenções destinadas a conter o ímpeto independentista nos marcos neocoloniais, pontuadas pelo assassinato de Lumumba, em 1961), na Ásia (exemplificado no sangrento golpe que, em 1965, abriu a via à derrubada do regime de Sukarno, na Indonésia) e na América Latina. Também aqui, com o êxito da Revolução Cubana (1959) tão somente acentuando a histórica tradição norte-americana de violentar a soberania dos Estados latino-americanos

(entre 1824 e 1994 contam-se, pelo menos, 73 intervenções dos EUA na América Latina), a contrarrevolução jogou pesadamente: tendo o seu primeiro grande passo exitoso com o golpe de 1964, no Brasil, avançou por mais de uma década e instaurou regimes ditatoriais no Chile, no Uruguai e na Argentina – e na segunda metade da década de 1970, todos os países do Cone Sul já viviam sob o terror estatal (NETTO, 2009, p. 16-17). [VOLTAR]

8 Netto (2005) aponta quatro conquistas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: 1) a articulação do Cone Sul, criando uma interação entre profissionais que buscava responder às problemáticas comuns desses países; 2) a explicitação da dimensão política do agir profissional – um vez que a profissão sempre, desde suas origens, esteve vinculada a um posicionamento político fosse conservador, fosse de uma neutralidade que reforçava a lógica vigente, característica de qualquer intervenção social; 3) interlocução crítica do Serviço Social com as Ciências Sociais, rompendo com a perspectiva acrítica da aceitação cega; e 4) o pluralismo profissional, tendo a Reconceituação aberto o debate sobre a natureza, o objeto, as funções, os objetivos e as práticas do Serviço Social para as mais diversificadas concepções. [VOLTAR]

9 No Seminário de Araxá há uma diferenciação entre níveis de intervenção macrossocial e microssocial, com forte tendência positivista e calcada no método estrutural-funcionalista (NETTO, 2002). O Seminário de Teresópolis se propunha a pensar uma metodologia para o Serviço Social. José Lucena Dantas teve um forte peso nas reflexões profissionais do período ao tentar propor uma metodologia, afirmando que o método profissional é o método científico que opera através de diagnósticos e da intervenção planejada, apontando o Serviço Social como uma técnica profissional, em que o assistente social seria um funcionário do desenvolvimento (NETTO, 2002). Ainda é possível destacar os seminários de Sumaré (1978) e de Alto da Boa Vista (1984). Em 1978, a categoria se abre para novas matrizes teórico-metodológicas e apresenta novas direções ideopolíticas a partir do questionamento às representações do Serviço Social no país. Já o seminário do Alto da Boa Vista, realizado em 1984, após o Congresso da Virada, apresentava uma ruptura bem demarcada com o conservadorismo clássico da profissão, ainda que com traços modernizadores e apoiado em teorias de matriz positivista atualizada (NETTO, 2002).

[VOLTAR]

10 José Paulo Netto afirma que tal trabalho é considerado “[...] texto básico nesta perspectiva, e sua elaboração mais representativa, na qual aparecem como uma ‘nova proposta’ as ideias constitutivas da programática teórico-profissional que reponta naqueles encontros e rebates, a partir de então, em textos dirigidos ao público profissional, teses e cursos direcionados para a graduação, a pós-graduação e a reciclagem de assistentes sociais” (2002, p. 201). **[VOLTAR]**

11 Segundo José Paulo Netto, o que ficou denominado por Método BH foi formulado a partir de uma pesquisa elaborada entre 1972 e 1975, sendo publicado primeiramente em língua espanhola, porém, em uma perspectiva manualesca, na intenção de indicar uma fórmula profissional do “como agir” diante do contexto vigente. Sua tradução e publicação para a língua portuguesa se deu já nos anos 1980 (NETTO, 2011). Sua matriz teórica é fundamentalmente althuseriana, demonstrando uma série de desvios deterministas, e que acompanhava o “espírito do tempo”, ou pelo menos, de seu tempo. **[VOLTAR]**

12 Marcante, segundo o autor, é a dissolução da mesa “oficial” do Congresso, substituída por assistentes sociais combativas e por um personagem que à época, representava a luta da classe trabalhadora contra o regime: Luís Inácio Lula da Silva, que naquele mesmo ano, participara da organização da Greve do ABC (NETTO, 2009). **[VOLTAR]**

13 Cabe destacar o trabalho de tradução de autores como Jacob Gorender, José Paulo Netto, José de Souza Martins, Carlos Nelson Coutinho, entre outros. Muitos tiveram aproximação com textos a partir da experiência do exílio durante o período da Ditadura Civil-Militar, em que foram obrigados a sair de sua pátria, mas trouxeram essa contribuição significativa para a formação política de profissionais das mais diversas áreas e de militantes de variados movimentos e organizações. **[VOLTAR]**

14 Vertente duramente combatida por diversos autores, no mundo todo. A negação do trabalho nega a contradição fundamental entre capital e trabalho, sendo funcional ao capital, mas vai além, nega o próprio significado do trabalho como determinante para a vida social, ignorando que o “adeus ao trabalho” seria o próprio adeus à humanidade, reproduzindo uma irracionalidade veemente, que só na aparência é dotada de caráter científico. **[VOLTAR]**

15 Desenvolvida no contexto do maio de 1968, ou seja, apesar de seus quase 50 anos, suas releituras embebecidas de ecletismo em que se confundem com correntes do pós-modernismo têm sido a “velha novidade” no âmbito da pesquisa acadêmica. [\[VOLTAR\]](#)

16 Ver Sader (1995). [\[VOLTAR\]](#)



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em setembro de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).